



BALANÇO CRÍTICO

**DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO
2012-2014**

Blumenau, Março de 2017

1. Introdução

A Universidade Regional de Blumenau vem aperfeiçoando a cada ano o seu processo de autoavaliação, tanto pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), quanto pelo entendimento da gestão de pautar suas ações baseada nos resultados deste processo.

No período de 2010 a 2015, intervalo de tempo em que a Instituição, pela primeira vez, experimentou o processo de gestão alinhado a um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), observou-se que muitas ações previstas no Relatório de Autoavaliação Institucional foram trabalhadas nas várias instâncias da Universidade e muitas foram cumpridas, tornando-se políticas institucionalizadas.

O sucesso, parcialmente alcançado pela Universidade no cumprimento das metas do PDI, deve-se às estratégias adotadas na elaboração do mesmo. A Universidade definiu como meta, priorizar todos os indicadores com algum tipo de fragilidade apontada pela CPA. Em seguida, criou a Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI) que, a partir de 2012, com o apoio da comunidade acadêmica, revisou o documento vigente (PDI 2010-2015), e vem acompanhando o alcance das metas institucionais de forma periódica e sistemática.

O Balanço Crítico visa aferir o cumprimento das recomendações feitas pela CPA em relação ao último processo de autoavaliação (2012-2014). Nos processos anteriores, o balanço crítico era construído a partir de informações obtidas junto aos gestores dos setores da Instituição. Estas informações, que muitas vezes eram vagas, não permitiam uma análise do efetivo progresso dos indicadores. Neste balanço crítico, a comissão resolveu aferir as ações realizadas pela Instituição de forma mais autônoma, consultando a COPERA-PDI e/ou documentos aprovados no CONSUNI. Em caso de dúvidas, a CPA realizou pessoalmente as consultas nos setores envolvidos. Estas ações permitiram uma visão mais crítica por parte da comissão.

A estrutura do Balanço Crítico, documento que ora se apresenta, não se alterou em relação aos documentos anteriores. A partir do que foi observado pela CPA, será feita uma aferição das ações planejadas e/ou implementadas pela gestão (coluna 3) para as recomendações da CPA (coluna 2), tendo por referência a coluna 1 (pontos frágeis). O objetivo é aferir quais ações foram realizadas para superar as fragilidades identificadas na autoavaliação. Para essa análise adotar-se-á três níveis de avaliação, a saber:

- Nível 1 – Não houve ação ou a ação não modificou as fragilidades;
- Nível 2 – As ações tomadas modificaram parcialmente o quadro, reduzindo as fragilidades;
- Nível 3 - As ações tomadas sanaram totalmente ou quase completamente as fragilidades apontadas pela CPA.

2. Ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas no Processo de Autoavaliação Institucional 2012-2014.

Nos quadros a seguir estão descritas as fragilidades identificadas no Processo de Autoavaliação Institucional 2012-2014 (coluna 1), bem como as recomendações feitas pela CPA para sanar estes pontos frágeis (coluna 2). Estas informações são oriundas do Relatório de Autoavaliação Institucional 2012-2014.

As ações planejadas e/ou realizadas (coluna 3) foram identificadas pela CPA, conforme descrito na introdução deste documento. A comissão aferiu junto ao PDI (2010-2015) e à COPERA-PDI (PDI 2016-2020 em elaboração) quais ações foram realizadas e/ou planejadas pela Universidade. Também foi possível obter dados a partir de documentos (portarias e resoluções) aprovados no Conselho Universitário (CONSUNI) e/ou a partir de consultas realizadas junto aos gestores setoriais e superiores envolvidos.

Eixo 1 - Planejamento e avaliação institucional		
FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA
1.2.6. Participação regular e sistemática da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnicos administrativos e estudantes) nas etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA.	Estimular a comunidade universitária a participar das etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA (responder questionários e pesquisas, participar dos fóruns virtuais ou presenciais, entre outros).	A gestão superior da Universidade, de modo especial a Reitoria, vem enaltecendo o processo de autoavaliação institucional como uma importante ferramenta de gestão, reforçando a importância do processo e seus resultados aos membros que representam as diversas categorias junto ao Conselho Universitário. A CPA, por sua vez, tem elaborado estratégias para ampliar a divulgação do processo e seus resultados, no intuito de que a comunidade perceba a sua importância e sinta-se motivada/ estimulada a participar. Uma destas estratégias trata de destacar as ações institucionais realizadas a partir das recomendações da comissão, especialmente aquelas

		que afetam os estudantes, com placas e/ou cartazes fixados pelos campi.
1.3.3. Utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos estudantes, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.	Utilizar os resultados do processo de avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos estudantes, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.	O setor de Pesquisa e Avaliação Institucional (DPE/PROEN) coloca à disposição o relatório com os resultados da Avaliação do Ensino (acesso <i>online</i> ao sistema), com base nas respostas dos acadêmicos. Com uso de <i>login</i> e senha, cada professor tem acesso à sua avaliação, o Coordenador do Colegiado de Curso tem acesso ao desempenho dos docentes do curso, o chefe do departamento tem acesso aos docentes do Departamento e, a Direção da Unidade Universitária, aos docentes vinculados ao Centro. Com apoio das assessorias pedagógicas, estes resultados têm sido utilizados na melhoria dos cursos.
1.3.4. Utilização dos resultados da avaliação dos cursos de graduação e das recomendações (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.	Utilizar os resultados dos processos de avaliação externa dos cursos como subsídio para o planejamento de ações de desenvolvimento ou melhoria.	A Divisão de Políticas Educacionais (DPE), vinculada à PROEN, tem encaminhado aos coordenadores dos Colegiados de Curso e para as Direções das Unidades Universitárias, os pareceres referentes à Avaliação dos Cursos, emitidos pelas comissões externas. Com apoio das assessorias pedagógicas, estes resultados têm sido utilizados na melhoria dos cursos, juntamente com os Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA
2.2.1. Grau de apropriação do PDI pela comunidade interna.	Ampliar a divulgação do PDI, especialmente de modo a atingir os estudantes;	O processo de divulgação do PDI 2010-2015 limitou-se as seguintes ações: 1- Entrega do documento impresso para a gestão superior. 2- Disponibilização do documento em versão digital, no site da Instituição, para consultas. 3- Convite, em meio digital, para que a comunidade universitária acessasse e utilizasse o PDI; 4- Divulgação da disponibilização do PDI no site da FURB pelos jornalistas institucionais; Outras ações de divulgação, mais amplas, não foram executadas.
	Imprimir o PDI num formato compacto (objetivos, metas e ações) e distribuir aos gestores;	O PDI 2010-2015 foi totalmente revisado em 2013, sendo considerado finalizado na metade do ano de 2014, ou seja: um ano e meio para o fim de sua vigência. Desta forma, o mesmo não foi impresso, ficando apenas disponível em sua versão digital.
	Pautar as ações (projetos) institucionais nos objetivos e metas estabelecidos no PDI;	As ações institucionais foram pautadas em cima dos objetivos, metas e ações estratégicas estabelecidas no PDI. A gestão superior tem considerado este documento como o norteador dos processos institucionais.
2.2.2. Participação da comunidade universitária na elaboração do PDI.	Envolver a comunidade universitária na elaboração e revisão do PDI, especialmente os estudantes;	A comunidade universitária tem sido sistematicamente convidada a participar do processo de elaboração do PDI (docentes, técnicos e estudantes). Além das mensagens eletrônicas (e-mails institucionais) e o reforço nas redes sociais, a gestão superior vem reforçando o convite aos membros do CONSUNI.

<p>2.4.3. Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos (base de dados de informações atualizadas).</p>	<p>Institucionalizar uma Política de Acompanhamento dos Egressos FURB; Criar um banco de dados atualizado dos egressos; Institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos;</p>	<p>No final de 2016 foi levada uma proposta de Resolução, ao Conselho Universitário, com a proposição de um Programa de relacionamento contínuo entre a Universidade e seus alunos egressos. A mesma, por fim, tramitou e foi aprovada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017.</p>
	<p>Promover ações que busquem, junto aos egressos da FURB, informações que possam contribuir com a melhoria dos cursos de graduação, bem como o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação;</p>	<p>Em 2016, houve indicação de ex-alunos para participar de comissões na Universidade, a exemplo da CPA (processo de autoavaliação) e da COPERA-PDI (elaboração e revisão do PDI);</p>
<p>2.7.8. Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa.</p>	<p>Ampliar a prestação de serviços à comunidade, a partir de projetos de pesquisa.</p>	<p>O PDI 2010-2015 (revisado em 2013) traz como meta e ação a ampliação da prestação de serviços pela Universidade. Neste contexto, os departamentos passaram a prestar serviços a partir de seus laboratórios. Houve uma reorganização do Instituto FURB.</p>
<p>2.7.10. Desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade.</p>	<p>Instigar os estudantes a realizarem atividades com a comunidade a partir dos centros acadêmicos.</p>	<p>Pode-se observar que existem muitas ações realizadas pelos cursos, centros/diretórios acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes com a comunidade. Como exemplos citam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O DCE tem um programa chamado DCE Solidário, o qual ocorre de 3 a 4 vezes ao ano. Trata-se de uma interação entre os cursos com a comunidade e os Centros Acadêmicos se envolvem diretamente. - Alguns Centros Acadêmicos realizaram campanhas do agasalho, que foram doados no inverno, e também campanha de arrecadação de brinquedos, que foram doados no Natal. - Também com a intenção de resgatar uma tradição da FURB, o DCE organizou a Corrida da FURB, com percurso de 5-Km e aberto para toda a comunidade. - O Centro Acadêmico Livre de

		<p>Engenharia Química realizou o CALEQ Solidário, com arrecadação de doativos que foram entregues à Casa Santana.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O DCE também organiza, anualmente, a vacinação contra H1N1. - O curso de enfermagem fez arrecadação de lenços para mulheres em tratamento para o câncer de mama (não tenho certeza se o centro acadêmico participou, o prof. Jarbas estava envolvido).
<p>2.7.12. Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental.</p>	<p>Ampliar a divulgação das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental.</p>	<p>Observou-se ampliação de divulgação, tanto para comunidade interna quanto para a sociedade, das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental. O <i>Notícias FURB</i>, a partir do site institucional, bem como o facebook oficial da Universidade tem realizado inúmeras ações de comunicação. O projeto Inventário Florístico Florestal foi amplamente divulgado, assim como o Projeto Bugio e a Feira de economia solidária (como exemplos).</p>
<p>2.8.1. Mecanismos de acesso e permanência de estudantes com deficiência (temporárias e permanentes).</p> <p>2.8.2. Mecanismos de acesso e permanência dos servidores com deficiência (temporárias e permanentes).</p>	<p>Ampliar as ações para promoção da acessibilidade universal à Universidade;</p>	<p>Foi instituída a Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/ Superdotação. (Resolução nº 059/2014). A COPLAN em 2016 elaborou um diagnóstico sobre as dimensões de acessibilidade na FURB em todos os campi. O documento, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, foi entregue à DAC/PROAD para planejamento e execução das ações. Para as demais dimensões de acessibilidade, também previstas no PDI, os setores envolvidos estão se mobilizando para execução de ações de melhoria (CAE/PROEN/DGDP)</p>
	<p>Prover a estrutura necessária para a implementação do NInc (núcleo de inclusão);</p>	<p>No período foi criado o Núcleo de Inclusão, porém até o momento não foi estruturado para atender as demandas institucionais.</p>
<p>2.9.1. Desenvolvimento de</p>	<p>Reestruturar a Coordenadoria</p>	<p>A Portaria nº 487/2013, de 17 de julho</p>

projetos e ações de gestão e educação ambiental.	do Meio Ambiente (CMA) e revitalizar os programas vinculados ao SGA;	de 2013, designa os integrantes da Coordenadoria de Meio Ambiente/Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da FURB (composição alterada pelas Portarias nº 776/2013 e nº 583/2013). A comissão foi reestruturada e algumas reuniões foram realizadas. No que tange ao SGA houve avanços no programa de água e energia, com a implementação do projeto de eficiência energética. Está em discussão a revisão da política ambiental (que data do ano 2000) e um novo grupo para conduzir os programas vinculados ao SGA.
	Desenvolver ações institucionais de educação ambiental voltadas à formação dos servidores da FURB;	Sabe-se que em alguns setores específicos há instrução sistemática em relação às práticas de coleta e descarte de resíduos, tais como no hospital e na policlínica.

Eixo 3 - Políticas Acadêmicas		
FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA
3.1.2. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI.	<p>Elaborar o Projeto Pedagógico para os cursos sequenciais;</p> <p>Elaborar o PPC para cada curso ofertado na referida modalidade;</p> <p>Estabelecer, definir e quantificar metas a serem alcançadas para os cursos sequenciais, no PPC.</p>	<p>Embora conste como meta do PDI a revisão do PPI e a criação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos Cursos Sequenciais, com previsão de realização para 2014/II, observa-se que não houve avanços.</p>
3.1.4. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).		
3.1.6. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da FURB.		
3.2.4. Coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais com as políticas constantes nos PPC.		
3.2.14. Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais.		
3.1.9. Coerência entre as políticas de ensino para os cursos de graduação e as ações acadêmico-administrativas (sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/ utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria).	<p>Desenvolver e utilizar material didático-pedagógico elaborado pelos docentes;</p>	<p>Em relação ao desenvolvimento e utilização de material didático-pedagógico, nenhuma ação, por parte da Instituição, foi observada no período.</p> <p>Os projetos pedagógicos dos cursos das licenciaturas passaram por revisão para atender as alterações da carga horária na legislação. Também, por meio da Resolução nº 064/2016, de 07 de Dezembro de 2016, houve revisão na quantidade de vagas por curso e também adequação da nomenclatura dos mesmos.</p> <p>A respeito da oferta de componentes curriculares semipresenciais, existem disciplinas ofertadas na modalidade EaD. A Divisão de Registros Acadêmicos está criando um</p>

		dispositivo no sistema de registro acadêmico para que a carga horária total de EaD seja computada e não haja risco de ultrapassar os 20%.
3.2.5. Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).	Ampliar a flexibilidade curricular, possibilitando ao estudante escolher uma disciplina de qualquer curso e integralizar em seu currículo.	Os cursos da FURB têm permitido aos estudantes escolherem, pelo menos, duas disciplinas eletivas na matriz curricular de todos os cursos. Trata-se de uma inovação no que tange a integralização curricular.
	Estabelecer convênios de cooperação com áreas do conhecimento ainda não contempladas na FURB, promovendo igualdade de oportunidade à comunidade discente na mobilidade/ intercâmbios.	Entre 2014 e 2016 foram assinados 22 convênios, dentre eles 10 ofertam cursos na área das Ciências Humanas, totalizando 25 diferentes possibilidades de intercâmbio para os alunos destes cursos. Por exemplo, para o curso de História, contando todos os convênios assinados e que estão vigentes, são 14 Instituições de Ensino Superior que podem acolher os alunos da FURB em 7 países, no idioma alemão, espanhol e português. Desta forma, observa-se que há igualdade de oportunidade à participação discente na mobilidade/ intercâmbios.
	Realizar seminários que permitam trocas entre estudantes, docentes e comunidade externa acerca de assuntos pertinentes à formação acadêmica dos cursos ou das áreas de conhecimento;	Podem ser citadas algumas ações, tais como: o Fórum das Licenciaturas; as aulas magnas no início de cada semestre letivo; os seminários realizados pelas Unidades Universitárias; bem como as semanas acadêmicas, organizada pelos estudantes da Instituição.
3.2.7. Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.	Avançar no uso de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem;	O PDI apresenta metas e ações referentes à Inovação e ao uso de novas tecnologias para a área de ensino. O Laboratório de Instrumentação para Formação de Educadores (LIFE), criado em 2013, tem como público-alvo licenciandos e docentes dos programas de formação de professores da FURB, bem como estudantes e professores das escolas públicas de educação básica de

		<p>Blumenau e região.</p> <p>Sabe-se ainda que o laboratório de fotografia fez a aquisição de novos equipamentos para qualificar a manipulação de fotografias e criação de artes gráficas.</p>
	<p>Adequar o sistema de acesso à internet às demandas da FURB no processo de ensino-aprendizagem.</p>	<p>No campo do acesso à internet, nos últimos 20 meses houve um investimento em torno de R\$ 800 mil reais com equipamentos como: access points, <i>switchs</i> e fibras óticas. Esta iniciativa, que continua em evolução, permitiu a ampliação da cobertura e disponibilidade da rede sem fio, ampliar a velocidade de 1 para 10 Gpbs entre os campi, substituir os equipamentos obsoletos da rede cabeada.</p>
<p>3.2.8. Participação dos estudantes na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.</p>	<p>Criar mecanismos de participação efetiva do corpo estudantil na elaboração do PPC, tanto os estudantes ativos quanto os egressos;</p>	<p>Os estudantes são membros representativos em todos os conselhos setoriais e superiores. Consta como meta do PDI “criar mecanismos que permitam uma participação mais significativa (dos estudantes) tanto na elaboração, quanto na adequação e revisão dos PPC”. Vale destacar que na FURB a elaboração e revisão dos currículos são de competência dos NDE, no qual não há previsão de participação dos estudantes. Apesar disso, existem estudantes que foram convidados a participar do NDE de seus cursos.</p>
<p>3.2.9. Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos estudantes.</p>	<p>Disponibilizar o PPC no site da FURB para consulta de toda a comunidade universitária;</p>	<p>Os PPC foram disponibilizados pela DME/PROEN, em coadjuvação com a DTI/PROAD, no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) para acesso de todos os estudantes. Há intenção de disponibilizar no website, de maneira pública, porém, alguns PPC precisam ser adequados.</p>
<p>3.2.10. Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático - pedagógico, infraestrutura...).</p>	<p>Criar estratégias de motivação e envolvimento, junto aos estudantes, para maior participação dos mesmos na avaliação;</p>	<p>Foram atribuídas horas de AACC (Atividades Acadêmico- Científico-Culturais) para os estudantes que responderam ao questionário. Essa estratégia foi implementada com o</p>

		sentido de motivar os acadêmicos a participarem da avaliação e melhorar os índices. Sabe-se que nos anos de 2014 e 2015 houve um acréscimo no número de respondentes.
	Atribuir aos coordenadores de curso a responsabilidade do índice de respostas dos estudantes do curso no processo avaliativo;	Realizou-se uma reunião sobre a atribuição aos coordenadores de curso da responsabilidade do índice de respostas dos estudantes do curso no processo avaliativo, na qual estavam presentes integrantes da PROEN, da PROAD e diretores de Unidades Universitárias. No entanto, não foi oficializado. Sendo assim, nenhuma ação, por parte da Instituição, foi implementada.
	Mostrar e divulgar os resultados da avaliação aos estudantes;	A FURB tem intenção de enviar oficialmente os relatórios ao DCE.
3.3.5. Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação	Promover atividades de integração entre a pós-graduação <i>lato sensu</i> e a graduação.	Nos departamentos não foram encontradas informações relacionadas com atividades integradas entre a pós-graduação <i>lato sensu</i> e a graduação e também nenhuma ação, por parte da Instituição, foi observada no período.
3.5.8. Existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos.	Prever regramento institucional para a participação dos docentes em eventos.	A Resolução nº 022/2016, de 10 de junho de 2016, regulamenta as licenças para participação em eventos e atividades correlatas, dentro e fora do país, para os servidores da FURB e dispõe sobre afastamento do Reitor e Vice-Reitor para o exterior. O apoio institucional constitui-se no afastamento remunerado das funções docente, por meio de publicação de Portaria. Os docentes têm, por outro lado, se afastado da Instituição por meio de previsões em seus projetos de pesquisa, desde que de acordo com o regramento vigente.
3.5.9. Existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos.	Estabelecer regramento para participação dos discentes em eventos científicos, representando a FURB;	Nenhuma ação, por parte da Instituição, foi observada no período. Os discentes tem se afastado da Instituição por meio de previsões

<p>3.14.3. Critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros.</p>		<p>feitas nos projetos de pesquisa de seus orientadores. De uma forma geral não existe um regramento institucionalizado com práticas estabelecidas para participação de discentes em eventos científicos.</p>	
<p>3.6.7. Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.</p>	<p>Ampliar o número de projetos apresentados aos órgãos de fomento, ou agências de natureza pública ou privada;</p>	<p>Os poucos editais que foram publicados pelas agências de fomento no ano passado, por exemplo, tiveram uma participação maciça de nossos pesquisadores. Cabe ressaltar que houve uma diminuição bastante significativa no número de editais publicados e de valores disponibilizados pelas agências de fomento. O CNPq publicou pouquíssimos editais nos últimos dois anos e tivemos bolsas de IC cortadas em agosto e devolvidas em Janeiro/2017. FAPESC idem. A FURB tem um projeto aprovado na CAPES desde 2014 e só agora estão sinalizando o repasse. Há outro na FINEP aprovado desde junho do ano passado e o repasse não ocorreu.</p>	
	<p>Ampliar a captação de recursos por parte dos pesquisadores para viabilizar seus projetos;</p>		
	<p>Manter os registros dos projetos enviados (não somente dos aprovados) de modo a conhecer seu desempenho como proponente de projetos.</p>		<p>Ficam registrados apenas os projetos que foram aprovados nos órgão de fomentos. Não houve avanços no sentido de registrar os projetos não aprovados.</p>
	<p>Criar mecanismos para identificar docentes com perfil de pesquisador e ampliar o número de projetos com fomento externo;</p>		<p>Via de regra o docente toma a iniciativa de elaborar projetos para captação de recursos. Em 2016 foi realizada uma ação/formação para “escrita de projetos para concorrer nos editais externos”. Os bolsistas de produtividade da FURB relataram suas experiências na aprovação de projetos. Formações com muitos participantes, os quais elogiaram a atividade.</p>

<p>3.6.8. Apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.</p>	<p>Identificar e divulgar a captação <i>per capita</i> (por docente ou por curso);</p>	<p>No SIPEX ficam registrados os dados dos pesquisadores que efetivamente captam recursos. Em relação à divulgação, isso tem sido realizado pelo <i>Notícias FURB</i>, eventualmente. Cabe ressaltar que houve uma diminuição bastante significativa no número de editais publicados e de valores disponibilizados pelas agências de fomento.</p>
<p>3.6.11. Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.</p>	<p>Tornar transparentes os critérios de alocação de recursos para as diversas atividades da FURB, e em especial para a pesquisa.</p>	<p>O orçamento para a pesquisa é elaborado pela PROPEX/DAP, a qual utiliza como critério as necessidades dos pesquisadores em seus projetos aprovados.</p>
<p>3.7.11. Envolvimento de técnicos administrativos nas atividades de extensão.</p>	<p>Estimular o desenvolvimento de projetos de extensão pelos técnico-administrativos nas áreas temáticas estabelecidas pela política de extensão e que tenha relação com o seu trabalho na FURB.</p> <p>Estimular o envolvimento dos servidores técnico-administrativos nos projetos de extensão, por meio de critérios previstos em editais específicos, inclusive com pontuação no plano de carreira;</p>	<p>Tendo em vista a necessidade de inserir os servidores de carreira administrativa nas atividades de extensão, o Edital PROPEX n.º 05/2016 prevê apoiar projetos de extensão que tenham articulação com o ensino e pesquisa, envolvendo docentes, discentes e/ou servidores técnico-administrativos da FURB.</p> <p>No referido edital, limitou-se para a categoria Técnico - administrativos (STA's) de Nível Superior a proposição dos projetos (desde que com anuência manifestada por escrito, e contendo a assinatura da chefia do setor ao qual o STA encontra-se lotado). Sabe-se que dois projetos de STA foram aprovados no referido Edital.</p>
<p>Ampliar a carga-horária de extensão nos cursos até alcançar o estabelecido nas normativas (10% da CH do curso);</p>	<p>Nos projetos aprovados, nos Editais de Extensão, que estão em vigência (2017) somam-se mais de 800 horas docentes. O Edital PROPEX n.º 05/2016 prevê a obrigatoriedade de participação de mais de um curso na execução de cada projeto.</p> <p>No que diz respeito à revisão do PPC para inserção da curricularização da extensão, está prevista a meta no PDI “Mobilizar a inserção do princípio da curricularização da extensão nos</p>	

		PPCs da graduação”. No PDI também consta como meta de Ensino “Revisar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).” E como ação “Curricularizar a Extensão nos PPC.”.
	Pagamento por serviços ocasionais extraordinários.	Há resoluções específicas: Resolução nº 31/2015 , que regulamenta a prestação de serviços ocasionais, no âmbito da FURB, e a Resolução nº 06/2016 , que estabelece regras para pagamento a servidores da FURB decorrente da prestação de serviços ocasionais relativos aos cursos sequenciais e cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> presencial e a distância (EaD).
3.7.7. Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.	Estimular a pesquisa integrada com a extensão como critério para qualificação dos projetos apresentados nos editais e nos relatórios de avaliação.	O Edital PROPEX n.º 05/2016 prevê apoiar projetos de extensão que, necessariamente, atendam ao seguinte critério: Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Para tanto é necessário constar no formulário eletrônico do projeto: “Relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão: informar se a proposta está prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou no Plano Departamental a que se encontram vinculados os docentes que integram a equipe do projeto. Informar se a proposta encontra-se integrada ao ensino de graduação; se a mesma é resultado de um projeto de pesquisa ou se apresenta potencial para o desenvolvimento de pesquisa”. No PDI 2016-2020 consta como ação “Estimular formulação de propostas de extensão claramente vinculadas ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, estabelecendo tal vinculação como critério para qualificação dos projetos apresentados nos editais e nos relatórios de avaliação”.
3.7.12. Envolvimento da comunidade externa no processo de construção,	Realizar fóruns e eventos que permitam à comunidade trazer suas demandas à Universidade.	Sabe-se que a comunidade externa participa ativamente da execução e da avaliação das ações de extensão da

<p>execução e avaliação das ações de extensão.</p>		<p>FURB. Para ampliar a participação da comunidade externa na construção de ações de extensão, consta no PDI 2016-2020, como ação, “Prever representação externa (individuais ou da sociedade organizada) na CAPEX (Comissão de Avaliação de Projetos de Extensão), para que possam trazer as demandas da sociedade, dos grupos externos”. Também consta como ação “Criar o evento ‘Festival de Extensão’ ou ‘Semana da Extensão’, para a comunidade, extensionistas e ações de extensão.”.</p>
<p>3.7.15. Desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo seja abordar problemáticas levantadas nas atividades de extensão.</p>	<p>Desenvolver projetos de pesquisa com base nas problemáticas apontadas pelos projetos e programas de extensão.</p>	<p>O Edital PROPEX nº 05/2016, prevê a “amarração” entre ensino, pesquisa e extensão. Neste Edital, inclusive, é preciso informar se a proposta é resultado de um projeto de pesquisa ou se apresenta potencial para o desenvolvimento de pesquisa.</p>
<p>3.9.1. Existência de uma Política Institucional de Comunicação.</p>	<p>Criar a Política Institucional de Comunicação, norteadora das ações que envolvam a comunicação interna e externa.</p>	<p>A Política Institucional de Comunicação não foi institucionalizada. Assim, nenhuma ação, por parte da Instituição, foi observada no período.</p>
<p>3.11.3. Disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria.</p>	<p>Melhorar a infraestrutura tecnológica, visando à garantia das informações recebidas e enviadas e a geração de relatórios de desempenho. (A infraestrutura tecnológica não atende de forma eficiente, pois com o passar do tempo as informações (registros) podem se perder).</p>	<p>Nenhuma nova ação, por parte da Instituição, foi observada no período. Continuam existindo problemas de infraestrutura tecnológica (protocolo para recebimento, acompanhamento das demandas).</p>
<p>3.11.4. Existência de registros das demandas e observações da comunidade acadêmica à Ouvidoria.</p>	<p>Criar um <i>Protocolo do atendimento</i>, de modo que o reclamante possa acompanhar seu processo; Registrar na ouvidoria a eficácia do serviço, ou seja, das ocorrências que a Ouvidoria recebe quantas são solucionadas de fato.</p>	<p>Nenhuma ação, por parte da Instituição, não foi implantado um sistema de protocolo, conforme já indicado pela CPA em relatórios anteriores.</p>

3.12.10. Existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos.	Institucionalizar políticas de acompanhamento dos egressos.	No final de 2016 foi levada uma proposta de Resolução, ao Conselho Universitário, com a proposição de um Programa de relacionamento contínuo entre a Universidade e seus alunos egressos. A mesma, por fim, tramitou e foi aprovada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017.
3.12.11. Coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes nos documentos oficiais.	Promover relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.	
	Criar uma base de dados com informações atualizadas dos egressos.	
	Institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos.	
3.13.1. Programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes.	Promover acompanhamento psicossocial e pedagógico aos discentes;	A equipe técnica da CAE realiza o primeiro atendimento relacionado à integridade psicológica dos discentes e, a partir desse primeiro acolhimento, é realizado o encaminhamento de acordo com as necessidades e condições do estudante.
3.13.2. Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).	Disponibilizar pessoal para a promoção da integridade psicológica de discentes, por meio de orientação e aconselhamento especializado.	
3.13.4. Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.		Não existe um programa institucionalizado.
3.13.9. Existência de programa de acessibilidade.	Realizar um diagnóstico sobre a acessibilidade nos campi da FURB e, a partir dele, planejar e realizar ações de promoção de mobilidade/ acessibilidade universal.	A COPLAN em 2016 elaborou um diagnóstico sobre as dimensões de acessibilidade na FURB em todos os campi. O documento, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, foi entregue à DAC para planejamento e implementação das adequações necessárias.
3.13.11. Existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades do curso.	Identificar, nos PPC, a previsão de monitoria e analisar, comparativamente, às bolsas existentes, de modo a verificar a coerência.	De modo geral, as bolsas de monitoria são concedidas de acordo com as necessidades dos cursos. São realizados concursos (processo seletivo) para ocupação destas vagas a partir de editais próprios. Com a

		revisão de diversos PPC, a CPA irá avaliar esta questão no próximo processo de autoavaliação (2015-2017) para identificar a coerência.
3.15.2. Relação entre o número de vagas/ cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).	Analisar e rever as quantidades de vagas aprovadas legalmente por curso (PPC) de modo a identificar a verdadeira ociosidade existente nos cursos;	Em 2016 tramitou e aprovou-se a Resolução nº 64/2016, de 07 de Dezembro de 2016, que estabelece o número de vagas anuais por curso.
3.15.3. Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de estudantes por turma/curso).	Aumentar o número médio de estudantes por turma/curso, de modo a melhorar o desempenho das turmas (número mínimo/ponto de equilíbrio/margem de contribuição).	Existe um estudo em andamento, na DRA e DPE (PROEN) no sentido de revisar as disciplinas (componentes curriculares) existentes, adequar nomenclaturas e ementas. Existe também um estudo em relação ao número de estudantes/turma/curso, para melhorar este índice.
3.15.5. Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis, transferência de turma e de turno.	Promover o acesso, aos estudantes, de serviços <i>online</i> , e ampliar a possibilidade de tramitação destes documentos;	A partir do Portal Acadêmico é possível acessar diversos serviços (matrículas, solicitação de vagas, histórico escolar, formulários, manuais, classificados, entre outros). O novo sistema de gestão universitária prevê outras melhorias para acesso e tramitação de documentos.
3.15.6. Acesso do discente ao manual do estudante e ao projeto pedagógico do curso.	Facilitar, aos estudantes, o acesso a documentos e manuais (<i>online</i>), especialmente ao PPC.	No período de matrículas os estudantes recebem o Manual do Estudante. Os PPCs de quase todos os cursos já estão disponíveis no site da Universidade.
3.16.1. Ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.	Promover ações para estabelecer e fortalecer o relacionamento com os egressos;	No final de 2016 foi levada uma proposta de Resolução, ao Conselho Universitário, com a proposição de um Programa de relacionamento contínuo entre a Universidade e seus alunos egressos. A mesma, por fim, tramitou e foi aprovada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017 (Resolução nº 003/2017).
3.16.2. Mecanismos para a criação de uma base de dados com informações	Estabelecer, no sistema de gestão universitária, mecanismo de atualização	A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180 dias para que as

atualizadas dos egressos da graduação da FURB.	sistemática de informações (base de dados) dos estudantes formados da FURB;	unidades responsáveis apresentem esta solução à Universidade.
3.16.3. Mecanismos para avaliar a adequação da formação do egresso da graduação para o mercado de trabalho.	Promover mecanismos de comunicação, seminários e outros eventos, por meio dos quais os egressos da FURB possam relatar os desafios e facilidades encontrados na vida profissional após sua formação acadêmica;	A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180 dias para que as unidades administrativas e acadêmicas apresentem propostas destes mecanismos.
3.16.4. Mecanismos de utilização das opiniões dos egressos da graduação para aperfeiçoamento do processo de formação.	Utilizar as informações oriundas dos egressos como referência para ações de aperfeiçoamento do curso e da formação;	Em 2016, houve indicação de ex-alunos para participarem de comissões na Universidade, a exemplo da CPA (processo de autoavaliação) e da COPERA-PDI (elaboração e revisão do PDI);
3.16.5. Realização de cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.	Promover cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos;	A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180 dias para que as unidades administrativas e acadêmicas apresentem propostas destes mecanismos.
3.16.6. Realização de seminários e outros eventos voltados para constante atualização dos egressos.		A partir da publicação da Resolução nº 003/2017, foi determinado um prazo de 180 dias para que as unidades administrativas e acadêmicas apresentem propostas destes mecanismos.

Eixo 4 - Políticas de Gestão

FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA
4.1.6. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na Instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.	Desenvolver e aplicar processo seletivo para técnico-administrativos temporários aos moldes do que ocorre com o corpo docente (PSPS);	A Resolução nº 006/2015, de 06 de março de 2015, dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado (PSPS) para contratação de servidor técnico administrativo para desenvolver atividades na FURB, correlatas aos cargos definidos na Lei Complementar nº 744/2010. Os processos seletivos ocorrem por meio de Editais publicados no site da FURB.
4.1.8. Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.		A Resolução nº 002/2015, de 04 de fevereiro de 2015, institui e regulamenta a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável no âmbito da FURB. A avaliação tem ocorrido a cada 6 meses e, ao final de 18 meses, conforme o desempenho do servidor, ele terá (ou não) progressão em sua carreira.
4.1.13. Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.	Promover a formação do corpo técnico-administrativo sob a perspectiva educacional (SINAES/ IES públicas);	Durante o período houve formação institucional para os novos coordenadores de curso (empossados após as eleições) e para os servidores técnico-administrativos com os temas de avaliação institucional (SINAES, CPA, PDI) e assuntos relacionados. Também ocorreu formação institucional relacionada à legislação universitária, com o prof. Nildo Inácio (direito), que tratou das normativas federais,

		estaduais, municipais e da FURB (Estatuto, Regimento, Leis Complementares, etc.).
4.4.2. Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.	Promover formação específica ao corpo técnico-administrativo para adequar as atividades que o servidor desenvolve na FURB, levando-se em consideração a natureza dos cargos para os quais houve concurso;	Ocorreu formação institucional relacionada à legislação universitária, que tratou das normativas federais, estaduais, municipais e da FURB (Estatuto, Regimento, Leis Complementares, etc.). Não houve avanços na formação específica para adequar as atividades que o STA desenvolve na FURB.
4.4.3. Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.	Identificar e registrar a experiência profissional acumulada pelos servidores técnico-administrativos;	No PDI 2016-2020 consta como estratégia de ação “Informatizar o registro de carreira dos servidores”. Tem sido solicitado aos servidores informações e comprovação de sua experiência profissional acumulada para fins de registro e, para compatibilização com as funções que o servidor exerce (ou exercerá) na FURB.
4.3.2. Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.	Qualificar a avaliação do ensino (realizada pelo estudante), de modo a tornar a amostra representativa;	Houve uma revisão na modelagem matemática e só vem sendo utilizados dados que tenham uma amostra significativa. Ainda assim, é preciso avançar neste processo, no sentido de ampliar o número de turmas que efetivamente avaliam os docentes.
	Responsabilizar o coordenador de curso pelo preenchimento da avaliação do ensino pelos estudantes;	Não houve avanços.
	Promover avaliação dos docentes em cargo de gestão, de pesquisador, de extensionista e/ou prestador	A Resolução nº 002/2015, de 4 de fevereiro de 2015, institui e regulamenta, a avaliação semestral de desempenho

	de serviço;	funcional para, entre outros, os docentes com função de chefia administrativa superior da FURB. No entanto, essa avaliação não vem sendo aplicada. Ao mesmo passo, durante o ano de 2016, a gestão superior promoveu assembleias com o corpo docente com o intuito de elaboração coletiva da Política do Regime de Trabalho de Tempo Integral, na qual está prevista a avaliação docente nas atividades de pesquisador e extensionista. A proposta de resolução foi levada ao CONSUNI em dezembro de 2016, porém ficou para ser analisada pelo CONSUNI em fevereiro de 2017.
4.3.10. Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores	Melhorar o índice de docentes enquadrados no regime de trabalho Tempo Integral na FURB; Diminuir o número de docentes com contratos temporários e emergenciais;	Durante o ano de 2016, a gestão superior promoveu assembleias com o corpo docente com o intuito da elaboração coletiva da Política do Regime de Trabalho de Tempo Integral. A proposta de resolução foi levada ao CONSUNI em dezembro de 2016. Porém, a mesma ficou para ser novamente analisada pelo CONSUNI em 2017.
4.3.12. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.	Consolidar a política de regime de tempo parcial (TPH) na FURB;	Durante o ano de 2016, a gestão superior promoveu assembleias com o corpo docente com o intuito da elaboração participativa da Política do Regime de Trabalho de Tempo Integral. A proposta de resolução foi levada ao CONSUNI em dezembro de 2016. Porém, ficou para ser analisada pelo CONSUNI em 2017.

	Rever a Resolução nº 70 (distribuição das horas docentes);	Existe uma minuta de Resolução, a qual vem sendo elaborada pela gestão superior, que deverá ser apresentada e debatida pela comunidade universitária 2017.
4.4.8. Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico- administrativos.	Aperfeiçoar programas e ações voltadas ao acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos; Executar a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos;	A Resolução nº 002/2015, de 4 de fevereiro de 2015, institui e regulamenta a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável, docentes com função de chefia administrativa superior e do cargo em comissão superior no âmbito da FURB. A avaliação tem ocorrido a cada 6 meses e, ao final de 18 meses, conforme o desempenho do servidor, terá (ou não) progressão em sua carreira.
4.7.5. Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.	Promover a comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões;	Em 2015 a gestão propôs uma reforma administrativa na gestão superior e na setorial com o objetivo de melhorar o fluxo de comunicação entre os vários níveis da estrutura organizacional. Porém até o final do ano de 2016 nenhuma reforma tinha sido aprovada no CONSUNI.
4.10.1. Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Alinhar a proposta orçamentária (LOA e PPA) com os investimentos necessários e previstos no PDI;	O PDI 2016-2020 encontra-se em elaboração, da mesma forma que o Plano Plurianual será determinado neste ano. Assim, há intenção de que sejam alinhados orçamentos e metas do PDI.
4.10.2. Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.		
4.10.4. Investimento em	Estabelecer um orçamento	A Universidade mantém

<p>espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.</p>	<p>anual para investimentos planejados;</p>	<p>orçamento e investimentos em espaço físico anualmente, na rubrica “Obras e Instalações” para atendimento das demandas institucionais. Não há um montante de recursos previsto no PDI, mas as demandas projetadas estão sendo atendidas.</p>
<p>4.10.5. Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</p>	<p>Definir no PDI o projeto de modernização dos espaços físicos da Universidade, bem como, rever anualmente os equipamentos e materiais, devido aos avanços tecnológicos;</p>	<p>O Plano Diretor de Espaço Físico (PDEFI) que consta no PDI aponta a necessidade de intervenções por campus.</p>
<p>4.10.6. Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).</p>		
<p>4.11.2. Diversificação das fontes de captação de recursos.</p>	<p>Ampliar a captação de recursos para execução dos projetos de pesquisa e extensão; Captar recursos de órgãos de fomento, fundos de multas, entre outras possibilidades; Captar recursos para execução de atividades de cultura (FITUB, Camerata, entre outros); Ampliar a prestação de serviços; Ampliar o número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização);</p>	<p>As diretrizes orçamentárias da FURB para o Exercício Financeiro de 2017 apontam que pouco mais de 75% das receitas correntes serão oriundas dos serviços educacionais.</p>
<p>4.11.5. Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a</p>	<p>Estabelecer um percentual ideal de comprometimento da folha de pagamento (salário + encargos) em relação à</p>	<p>A partir de janeiro de 2017 a FURB passou a ser auditada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. O</p>

<p>65%) com a receita corrente.</p>	<p>receita corrente.</p> <p>Planejar os custos com recursos humanos e manter-se, no máximo, em 65% das receitas correntes;</p>	<p>percentual de comprometimento da folha de pagamento em relação à receita corrente.</p> <p>Deverá ser analisado pelo TCE e proposto um índice ideal para a FURB.</p>
-------------------------------------	--	--

Eixo 5 - Infraestrutura

FRAGILIDADE	RECOMENDAÇÕES	AÇÃO PLANEJADA E/OU REALIZADA
5.1.4. Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais.	Estabelecer um plano de manutenção preventiva e de conservação das instalações físicas;	Embora não conste nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva, sabe-se que a DAC realiza, de forma sistemática, a manutenção preventiva dos condicionadores de ar, bem como limpeza das caixas d'água dos campi. Em relação ao estabelecimento de um Plano, a Universidade não avançou neste processo.
5.1.5. Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Estabelecer um processo sistemático de manutenção e conservação das salas de aulas e ambientes de aprendizagem;	
5.1.7. Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Fazer constar as diretrizes de atendimento às pessoas com deficiência na política de espaço físico da FURB (PDEFI); Adequar o espaço físico institucional com base no PDEFI;	O diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi da FURB foi realizado pela COPLAN e entregue à gestão superior e à DAC/PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias.
5.1.10. Existência de Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> nos documentos oficiais.	Institucionalizar a política de tecnologia de informática e de comunicação da FURB, por meio da aprovação do Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC).	O PDTIC vem sendo elaborado pela DTI/PROAD e deverá ser aprovado ainda no período de vigência do PDI 2016-2020. Existem metas previstas no plano.
5.1.11. Coerência entre a expansão e atualização dos <i>softwares</i> e as		

políticas constantes nos documentos oficiais		
5.1.12. Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais.	Definir, no PDI, metas de recuperação da infraestrutura laboratorial, definindo prazos e recursos;	O PDTIC vem sendo elaborado pela DTI/PROAD, e deverá ser aprovado ainda no período de vigência do PDI 2016-2020. Existem metas previstas no plano.
5.1.13. Coerência entre a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Prever no PDI e no planejamento setorial a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores.	O PDTIC vem sendo elaborado pela DTI/PROAD, e deverá ser aprovado ainda no período de vigência do PDI 2016-2020. Existem metas previstas no plano.
5.1.14. Existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais.	Estabelecer um plano de manutenção preventiva e de conservação dos equipamentos;	Para alguns serviços foram estabelecidos planos preventivos de manutenção, tais como a dos condicionadores de ar, a substituição mais de 9 mil lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, limpeza das caixas d'água. Para os demais serviços, continuam sendo realizados corretivamente.
5.1.15. Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais.		
5.1.16. Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais.	Disponibilizar legislação existente sobre segurança para os laboratórios e instalações especiais.	Embora não exista uma política específica de segurança para os laboratórios e instalações especiais, estes espaços possuem uma dinâmica de segurança, com equipamentos de proteção (EPI, lava-olhos, etc.) bem como está definido um número máximo de estudantes por horário de uso dos laboratório.
5.2.15. Coerência entre o número de estudantes e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança).	Definir o número ideal de usuários (estudantes/pesquisadores)/ capacidade dos laboratórios e institucionalizar; Incluir no PDI a política de segurança;	Talvez fosse interessante citar que a universidade criou a CISSP, pois em algum momento ela terá a obrigação de adequar as instalações da FURB, às

		normas de segurança vigentes na legislação.
5.2.4. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).	Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para docentes em cargo de gestão setorial e docentes em Regime de Tempo Integral conforme pressupõe os indicadores do SINAES (MEC) – Avaliação de curso e avaliação institucional;	A COPLAN, por meio de estudos, tem procurado adequar as questões relacionadas aos gabinetes de trabalho individuais e coletivos dos docentes dos cursos existentes e das Unidades Universitárias. Os PPC dos novos cursos já estão prevendo tais espaços.
5.2.5. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).		
5.2.7. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.		
5.2.10. Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao estudante e Protocolo, tesouraria.	Institucionalizar o Protocolo de Atendimento, de modo que o usuário possa acompanhar de fato o andamento do atendimento de suas demandas;	O Protocolo de Atendimento não foi institucionalizado. Não se observou avanços nesse sentido.
5.2.11. Adequação das instalações às condições	Adequar as rampas de acesso à inclinação especificada da	O diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi da

<p>de acesso para as pessoas com deficiência (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento de acordo com as exigências legais, piso podotátil, braile nas placas de sinalização, elemento sonoro de aviso de senhas de atendimento e andares no elevador, outros):</p>	<p>Norma de Acessibilidade; Instalar idioma Braille nas placas de sinalização/ indicação dos ambientes; Adequar as instalações sanitárias para as necessidades das pessoas com deficiência; Inserir o elemento sonoro nos espaços de atendimento (aviso de senhas) e elevador (aviso do andar); Melhorar a acessibilidade de modo geral na FURB (acessibilidade universal);</p>	<p>FURB foi realizado pela COPLAN e entregue à gestão superior e à DAC/PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias.</p>
<p>5.2.12. Adequação do espaço físico às atividades de extensão.</p>	<p>Definir, no PDEFI, a adequação dos espaços físicos para as atividades de extensão e de pesquisa; Implantar a política de consulta prévia de espaço físico para projetos vinculados à FURB, inclusive compra de equipamentos e/ou instalações necessárias, alteração de infraestrutura, etc.);</p>	<p>Consta no PDI 2016-2020, o Plano Diretor de Espaço Físico (PDEFI), o qual aponta a necessidade de intervenções por campus. Estas necessidades são oriundas das diversas reuniões realizadas pela equipe do Plano Diretor com a comunidade universitária.</p>
<p>5.2.13. Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.</p>		
<p>5.2.14. Existência e adequação de espaço de convívio e de alimentação da comunidade acadêmica (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).</p>	<p>Priorizar espaços de convívio da comunidade universitária; Criar espaços alternativos para socialização dos estudantes e servidores;</p>	<p>Continuamente a FURB têm buscado a criação de espaços para convivência e socialização da comunidade. A exemplo do espaço criado para apresentações culturais e artísticas, localizado no corredor de acesso ao Bloco I (grafitado), bem como em frente à Livraria, com bancos e almofadas, próximo à nova lanchonete do Bloco I (térreo). Também foram distribuídos diversos “bancos-pallets” nos blocos da Universidade, com intuito de que os estudantes possam desfrutar os intervalos</p>

		ou momentos antes das aulas com seus colegas e interagir com outros cursos. Há planos de uma cafeteria na Biblioteca Universitária e de uma resignificação do pátio em frente à Biblioteca, de modo a se transformar em uma grande praça de convivência.
5.2.16. Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).	Adequar as instalações sanitárias, especialmente ao que tange à limpeza e conservação, bem como atendimento das normas de acessibilidade.	O diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi da FURB foi realizado pela COPLAN e entregue à gestão superior e à DAC/PROAD para que sejam realizadas as melhorias necessárias.
5.3.1. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.	Expandir e melhorar o acesso à internet para o pleno desenvolvimento das atividades do corpo docente, da gestão setorial e dos estudantes;	No caso da internet para uso dos coordenadores de curso e chefes de departamento, o uso é por meio da rede administrativa, nas Unidades Universitárias e espaços de departamento, ou seja, rede com cabeamento. A internet é adequada e funciona com rapidez.
5.3.2. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.		
5.3.3. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.		
5.3.4. Adequação da	Viabilizar financeira/orçamentariamente a execução dos projetos de melhoria relacionados às TIC;	No que diz respeito ao acesso à rede, pelos docentes, em seus espaços administrativos, entende-se que está adequado. No entanto, ao tratar-se do acesso à rede nas salas de aula, cuja rede é acadêmica (cabo) e wi-fi, continua atendendo

<p>infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos estudantes (ensino, pesquisa e extensão).</p>		<p>parcialmente as necessidades institucionais (para acesso a vídeos, chamada <i>online</i>, entre outros).</p>
<p>5.3.6. Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas.</p>		<p>No caso da internet para uso administrativo, o uso é por meio da rede administrativa, nos diversos setores (rede com cabeamento). A internet é adequada e funciona com rapidez.</p>
<p>5.3.7. Adequação dos equipamentos e mobiliários às pessoas com deficiência:</p>	<p>Identificar, especialmente nos espaços acadêmicos (salas de aulas e laboratórios), a necessidade de adequação dos espaços e mobiliários;</p> <p>Adequar os equipamentos e mobiliário para acessibilidade universal;</p>	<p>A COPLAN em 2016 elaborou um diagnóstico sobre as dimensões de acessibilidade na FURB em todos os campi. O documento, no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, foi entregue à DAC para planejamento das ações.</p> <p>A adequação de equipamentos e mobiliários ocorre conforme a demanda. Já foram implantadas bancadas em laboratórios, adequação de móveis em salas de aulas (cadeiras e mesas), mudança de rampa no complexo esportivo, cadeiras mais largas em auditórios, bem como transferências de turmas para outros andares com acessibilidade. Algumas ações foram observadas, porém precisamos avançar em termos de acessibilidade universal.</p>
<p>5.3.8. Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos</p>	<p>Identificar a adequação necessária dos equipamentos para as diferentes atividades de ensino, pesquisa e</p>	<p>Todas as salas de aulas possuem projetor multimídia fixo e sistema de som. Há acesso à internet, aos docentes, pela rede</p>

laboratórios específicos, às atividades de ensino.	extensão;	acadêmica (por meio de cabo) e, aos estudantes, por meio de rede sem fio (wi-fi). No que tange o acesso à internet, nos últimos 20 meses houve um investimento em torno de R\$ 800 mil reais em equipamentos (access points, switches e fibras óticas), que permitiu a ampliação da cobertura e disponibilidade da rede sem fio, ampliar a velocidade de 1 para 10 Gbps entre os campi, substituir os equipamentos obsoletos da rede cabeada.
5.3.9. Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.		
5.3.10. Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.		
5.4.1. Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento.	Institucionalizar um plano de manutenção e conservação preventiva dos espaços;	Embora não conste nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva, sabe-se que a DAC realiza, de forma sistemática, a manutenção preventiva dos condicionadores de ar, bem como limpeza das caixas d'água dos campi. Em relação ao estabelecimento de um Plano, a Universidade não avançou neste processo.
5.4.2. Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado).	Qualificar o sistema das OS, de modo que o usuário, solicitante de manutenção, possa visualizar o andamento de seu atendimento; Acompanhar as Ordens de Serviço (OS) geradas e registrar os serviços concluídos, bem como o prazo que os mesmos foram realizados.	O sistema não sofreu alteração. As ordens de serviço são “abertas”, mas não permite que o usuário solicitante acompanhe o andamento de seu pedido. As ordens de serviço são acompanhadas pelo gestor da DAC. Em 2016 foram abertas 4461 ordens de serviço e foram finalizadas 4074, ou seja: a DAC atendeu 91,3% das solicitações.
5.4.4. Sinalização para facilitar o deslocamento interno.	Institucionalizar o Manual de Sinalização; Inserir idioma Braille e inglês na sinalização;	Há um projeto de sinalização (interna) que vem sendo aos poucos executadas pela Universidade (COPLAN/DAC)

<p>5.4.5. Sinalização para acessar aos diversos Campi.</p>	<p>Melhorar a sinalização interna e externa dos campi;</p>	<p>Há um projeto de sinalização (interna) que vem sendo aos poucos executadas pela Universidade (COPLAN/DAC) Em relação à sinalização externa, existe apenas o projeto das placas necessárias, mas nenhum encaminhamento foi dado à Prefeitura Municipal para esta adequação;</p>
<p>5.4.6. Disponibilidade de estacionamento com segurança.</p>	<p>Divulgar o estacionamento da Rua Max Hering;</p>	<p>Periodicamente a PROAD/DAC divulgava a existência deste estacionamento, em parceria com o SENAI, que tem disponibilidade de vagas com segurança (cancela e vigia).</p>
	<p>Promover o uso de meios de transporte alternativos ao carro (bicicleta, por ex.);</p>	<p>Não houve avanços.</p>
<p>5.4.8. Conservação e manutenção das instalações sanitárias.</p>	<p>Realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes;</p>	<p>Todos os semestres, antes de iniciar o período letivo, a DAC realiza uma vistoria nos espaços acadêmicos, inclusive nas instalações sanitárias. A partir do diagnóstico, são realizadas as manutenções necessárias.</p>
<p>5.4.9. Materiais essenciais de higiene pessoal.</p>	<p>Adequar os materiais essenciais de higiene pessoal às necessidades de seus usuários;</p>	<p>Todos os banheiros possuem materiais de higiene como sabonete líquido, papel toalha e papel higiênico. Os mesmos passam por limpeza diariamente e reposição dos produtos.</p>
<p>5.5.2. Biblioteca: Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais.</p>	<p>Adequar as instalações para estudo individual e para estudos em grupo nas bibliotecas setoriais;</p>	<p>Nas discussões relacionadas à Infraestrutura de Biblioteca, no PDI, a adequação foi inserida como uma meta a ser cumprida até 2020.</p>
<p>5.5.3. Biblioteca: Adequação das instalações (para número de usuários,</p>		<p>Nas discussões relacionadas à Infraestrutura de Biblioteca, no PDI, a adequação foi inserida</p>

iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo.		como uma meta a ser cumprida até 2020.
---	--	--

3. Conclusão do Processo de Autoavaliação 2012-2014

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi criada em 2005, quando a Instituição adequou seu processo de autoavaliação, instituído em 1995, à Lei do SINAES/MEC. Desde então, a CPA acompanha o processo de gestão da Universidade e procura contribuir por meio da elaboração de relatórios que evidenciam qualidades e fragilidades institucionais de forma fidedigna.

No decorrer deste período, pode-se observar melhorias nos indicadores da Instituição, principalmente os que se referem à existência de políticas e a coerência entre os documentos oficiais e as práticas institucionais. Destaca-se a construção e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A FURB revisou o PDI 2010-2015 durante o ano de 2013 e o aprovou em 2014, o qual teve como referência os Relatórios de Autoavaliação Institucional. As metas e ações realizadas entre 2013 e 2016 corrigiram muitas das fragilidades apontadas pela CPA no processo de autoavaliação 2009-2011. A gestão da Universidade passou a propor e revisar políticas institucionais, como a Política de Pesquisa e Pós-Graduação, a Política de Relacionamento com os Egressos, a criação do SESMET (Serviço Especializado em Saúde e Medicina do Trabalho) e a política de Gestão da Saúde do Servidor, a criação de diretrizes para a Política de Espaço Físico, a revisão da Política do Regime de Tempo Integral, entre outras.

A Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI) foi institucionalizada em junho de 2016 e iniciou a elaboração do novo PDI (2016-2020) a partir de agosto do referido ano, prevendo sua aprovação no CONSUNI no primeiro semestre de 2017. As metas e ações do novo PDI tem como referência o Processo de Autoavaliação 2012-2014. Pretende-se, também, incluir as recomendações ou fragilidades apontadas no processo de avaliação externa (institucional) ocorrido em março deste ano.

Por fim, apesar do Balanço Crítico apontar a permanência de fragilidades em alguns indicadores, a CPA observa que a Universidade tem se esforçado para desenvolver ações para atingir os objetivos e metas previstos no PDI, o que demonstra a existência da cultura de gestão Universitária a partir dos resultados dos processos de avaliação. Este balanço Crítico encerra o ciclo de autoavaliação (2012-2014) e subsidia o processo de avaliação interna para o período 2015-2017.